CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO/TJRJ

Processos envolvem prêmios não pagos e cobranças acima de R$ 20 mi

Bets elevam em mais de 1.000% ações na Justiça do Rio em dois anos

O número de ações sobre bets na Justiça do Rio aumentou 1.087% em dois anos, passando de 58, em 2024, para 689, em 2026. Os processos envolvem prêmios não pagos, alteração de cotações, bloqueios de contas e dificuldades para sacar valores. Contra as empresas responsáveis pelas marcas Betano, Bet365 e 7K Bet, apostadores cobram mais de R$ 20 milhões. A Ana Gaming, responsável pela 7K Bet, afirma que o volume de ações está relacionado ao porte da operação e à base de usuários, sem representar o mérito dos processos. Segundo o desembargador Peterson Barroso Simão, do Tribunal de Justiça do Rio, prevenção, fiscalização e mecanismos de proteção são fundamentais para reduzir os riscos sociais associados às apostas. Dados apontam que as famílias brasileiras perderam R$ 62,5 bilhões com bets em 2025. O magistrado defende que a prevenção é menos onerosa do que enfrentar os impactos sociais e judiciais.

STF valida reestruturação de carreira do Ibama

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, por unanimidade, a lei que reestruturou a carreira de especialista em meio ambiente no Ministério do Meio Ambiente e no Ibama. Na ADI 3159, a Corte entendeu que as mudanças respeitaram as exigências de concurso público, escolaridade e remuneração equivalente. Os ministros também afastaram alegações de vício de iniciativa e aumento indevido de despesas, destacando que a reestruturação reduziu o número de cargos e respeitou os limites orçamentários.

IBAMA/DIVULGAÇÃO

Decisão unânime confirma lei que reorganizou cargos federais

STF derruba cobrança do Funrural anterior a 2018

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a cobrança do Funrural de produtores rurais pessoa física antes de 1º de janeiro de 2018, incluindo a obrigação de empresas compradoras recolherem o tributo em nome dos produtores. A decisão foi tomada na conclusão do julgamento da ADI 4395. Após a Lei 13.606/2018, a contribuição calculada sobre a receita bruta e a regra de sub-rogação foram consideradas constitucionais. O ministro Dias Toffoli apresentou voto intermediário e redigirá o acórdão.

STJ mantém corte de servidores da Cultura do Rio

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, manteve a decisão que determina a exoneração de 20% dos comissionados da Secretaria de Cultura do Rio. A pasta tem 336 servidores em cargos comissionados e apenas 16 efetivos. Segundo o MPRJ, 132 comissionados não exercem funções de direção, chefia ou assessoramento. O governo alegou risco de interrupção de projetos e serviços com a saída de 67 servidores.

Pena Justa no Acre I

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança, nos dias 19 e 20 de outubro, duas iniciativas do programa Pena Justa no Acre: a Central de Regulação de Vagas, para combater a superlotação, e o Emprega LAB, voltado à inclusão profissional de presos e egressos. O estado tem 5.438 pessoas presas para 4.111 vagas, ocupação de 132%.

Pena Justa no Acre II

A Central de Regulação busca adequar a lotação das unidades prisionais à capacidade legal. Já o Emprega LAB pretende ampliar o acesso ao trabalho remunerado e à qualificação. No Acre, cerca de 37% da população prisional não trabalha. A proposta reúne poder público, empresas e organizações para fortalecer a reintegração e reduzir a reincidência.

Propaganda eleitoral I

O ministro Marco Aurélio Bellizze, do TSE, determinou que a Meta garanta tratamento igualitário às candidaturas de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). A decisão proíbe reduzir a distribuição de publicações, impedir recomendações ou restringir buscas relacionadas aos candidatos. O descumprimento prevê multa diária de R$ 500 mil.

Propaganda eleitoral II

A decisão ocorreu após a campanha de Lula denunciar que a inteligência artificial da Meta não gerava imagens do presidente, mas aceitava comandos relacionados a Flávio Bolsonaro. O ministro afirmou que não há provas de falha deliberada ou recorrente. A determinação não afeta opiniões dos usuários e vale igualmente para as duas candidaturas.

Carreiras federais AGU

A AGU adotará exame eliminatório para concursos de quatro carreiras federais. Os habilitados poderão fazer provas objetivas das quatro áreas com uma taxa. Há autorização para 170 vagas: 50 para advogado da União, 50 para procurador federal, 50 para procurador da Fazenda Nacional e 20 para procurador do Banco Central.

Semana Nacional da Justiça

A Justiça do Trabalho realizará, de 10 a 14 de maio de 2027, a primeira Semana Nacional da Justiça Itinerante e Inclusão Digital, com participação dos 24 TRTs. A iniciativa oferecerá orientação jurídica, audiências, reclamações trabalhistas e emissão de documentos em comunidades vulneráveis e regiões remotas.

DIVULGAÇÃO/ CASAS BAHIA

Em caso de descumprimento, haverá multa de R$ 1 mil por trabalhador

Acordo prevê indenização a 4,3 mil demitidos das Casas Bahia

Justiça homologa acordo e estabelece regras para evitar demissões em massa

Da **Redação**

A Justiça do Trabalho no Distrito Federal homologou um acordo para indenizar 4,3 mil trabalhadores demitidos pelas Casas Bahia, varejista em recuperação judicial desde agosto. Cada funcionário receberá R$ 7,5 mil, além de aviso prévio, multa de 40% sobre o FGTS, comissões, premiações e compensações devidas a empregados que tinham direito aos benefícios antes do desligamento.

O acordo foi homologado pelo juiz Rogério Neiva, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, após negociação entre a empresa e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), com intermediação do Ministério Público do Trabalho (MPT). A medida tem abrangência nacional e contempla os empregados incluídos em uma lista apresentada pela varejista à Justiça.

Também foram estabelecidas regras para evitar novas dispensas em massa sem diálogo com os representantes dos trabalhadores. A empresa deverá comunicar ao sindicato da categoria qualquer demissão coletiva com antecedência mínima de 72 horas. O descumprimento poderá resultar em multa de R$ 1 mil por trabalhador demitido.

A recuperação judicial das Casas Bahia foi anunciada em agosto, em meio às dificuldades financeiras da companhia. No processo de reestruturação, a varejista fechou cerca de 298 lojas, enquanto sua dívida chegou a R$ 17 bilhões. O acordo busca garantir o pagamento das verbas aos funcionários desligados e estabelecer procedimentos para futuras demissões em massa.

A procuradora do Trabalho Paula Ávila destacou a importância da negociação coletiva para proteger os empregados em futuras reestruturações, destacando que o compromisso prevê que os sindicatos sejam informados e tenham a oportunidade de participar das discussões antes de novas dispensas coletivas.

A comunicação prévia aos sindicatos permitirá que os representantes dos trabalhadores participem das negociações antes da efetivação de novas dispensas coletivas. Com a homologação judicial, as condições acordadas passam a integrar o compromisso firmado entre as partes, reforçando a necessidade de diálogo entre a empresa e as entidades sindicais em situações de demissões coletivas.